

Vera Rocha
Humberto



Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Acta nº 2

4ª Sessão Ordinária de 2021

(1ª Sessão Ordinária 2021/2025)

(Terrugem)

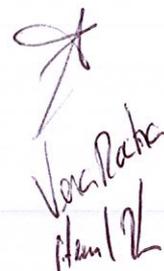
Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, no edifício da Junta, na Terrugem, realizou-se a 4ª Sessão Ordinária de 2021 (1ª do novo mandato) da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte -----

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1- Período de Intervenção do Público
- 2- Período de Antes da Ordem do Dia
- 3- Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Apreciar e votar as actas nºs 1.1 e 1.2
 - 3.2 - Apreciar a Informação Escrita do Presidente
 - 3.3 - Apreciar, Discutir e Votar as Opções do Plano e Orçamento - 2022
 - 3.4 - Apreciar, Discutir e Votar o Mapa de Pessoal - 2022
 - 3.5 - Verificação dos requisitos para o exercício de funções em regime de meio tempo (Despacho nº4 e Proposta nº A-38).

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: -----

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte (Presidente)
2. Vera Sofia Rodrigues da Rocha (1ª Secretária)
3. Humberto Manuel Príncipe Duarte (2º Secretário)
4. José Manuel Patrão dos Santos
5. José Augusto Duarte Carreira
6. Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães Cabral da Câmara
7. Luís Fernando Alegre dos Santos
8. Maria de Fátima Damião Oliveira
9. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
10. Ana Maria Domingos Carioca
11. Henrique Manuel de Oliveira Martins
12. Ludovico Calado Martins
13. Pedro Miguel Pires da Costa



Vitor Pacheco
27/12

Pela parte do Executivo da Junta de Freguesia esteve presente o Vogal José Alberto dos Santos Carvalho, que assumiu a qualidade de Presidente substituto, a Secretária, Ana Cláudia Branco Rolo, a Tesoureira, Lígia Joana Carreira Duarte e o Vogal Bernardo Barros Martins da Silva. -----

Justificada a ausência do Presidente do Executivo, Guilherme Ponce de Leão, por se encontrar em isolamento profilático, em consequência de contactos com familiares infectados com Covid-19. -----

ABERTURA

Sr. Presidente da Mesa - “Muito boa noite a todos, vamos então dar início a mais uma sessão da Assembleia de Freguesia, começando pelo ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos, que é o Período de intervenção ao público. Nós temos um pedido de intervenção, do Sr. Miguel Fernandes Nunes Gonçalves, a quem peço para usar da palavra.” -----

1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Miguel Gonçalves - “Eu vinha falar ao Senhor Presidente da Junta, mas uma vez que ele não está presente, dirijo-me ao Executivo, como se ele estivesse. Portanto, Sr. Presidente da Assembleia, membros do executivo e das bancadas presentes, muito boa noite a todos. -----

Porque o tempo é muito escasso e cinco minutos não é muito para quem só pode falar quatro vezes por ano. Eu acompanhei com atenção a campanha eleitoral do Sr. Presidente e, sendo certo que deixou bem claro o que se propõe exigir à edilidade que faça, fiquei sem saber quais são as ideias concretas do Presidente e propostas para a maior freguesia do concelho. Ouvi ele dizer que iria exigir isto aquilo e aqueloutro, mas, além de exigir, o que acho muito bem, fiquei sem saber que ideias é que tem. Um dos pormenores que eu reparei foi que reclama por um ecocentro e eu queria perguntar que espaço é o que fica enquadrado no vídeo da campanha? Eu queria saber se é um ponto propício à recolha de monos e verdes dos fregueses. Eu estive lá, mas estava fechado. Eu queria perguntar se a Junta não tem a chave daquele espaço ou se não tem maneira de o utilizar? Relativamente aos problemas da mobilidade na Freguesia, eu gostaria de perguntar o que é que foi feito nos últimos quatro anos, no sentido de mitigar estes problemas. Por exemplo, quanto tempo é que os semáforos aqui da Terrugem estão abertos no verde, para os peões passarem? É possível obter o verde sempre que se pressiona o botão? Basta observar durante algum tempo -e eu já o fiz - para se perceber que os semáforos contribuem, infelizmente, para falta de fluidez na Nacional. Mesmo sendo uma Estrada Nacional, a Junta não pode encolher os ombros e dizer que não pode fazer nada. Porque se assim for o que se está a referir na campanha não é exigível. Sobre os diversos pontos negros de deposição habitual de lixo, um deles, a poucas centenas de metros deste local, pergunto o que é que foi feito nos últimos quatro anos, pois o lixo continua a ser depositado exactamente nos mesmos sítios? Gostaria, ainda de saber, qual é a posição sobre a ausência de um posto da GNR numa Freguesia com 85 Km²? Esta Freguesia tem apenas menos 10 Km que todo o concelho de Seixal e o que é que foi feito nos últimos

Vera Rocha
M L Af

4 anos para inverter esta situação? Da mesma maneira, podemos falar numa extensão dos Bombeiros. Sobre a exigência de saneamento básico em todas as localidades, julgo que, na Assembleia Municipal, até foi bastante elogiada a posição dos SMAS. Então, em que é que ficamos? Os SMAS estão a trabalhar bem ou estão a trabalhar mal? Não há rede, mas, que eu saiba, não há esgotos a céu aberto e, portanto, acho que saneamento básico nós já temos. O que eu nunca ouvi falar foi sobre a taxa de saneamento que é cobrada a todos os municípios ou fregueses, mesmo aos que não têm acesso ao serviço público de saneamento e tratamento de esgotos, e que, infelizmente, ainda são bastantes. O que é que pretende fazer junto dos SMAS, no sentido de estes deixarem de cobrar a quem ainda tem fossa séptica, o mesmo valor que cobram aos fregueses que estão ligados à rede e de passarem a cobrar pelos serviços efectivamente prestados em vez dos dois serviços incluídos pelo pagamento da taxa. Não sei se sabem, mas nenhuma fossa devidamente construída, precisa de duas limpezas anuais. É uma coisa que nos é imposta e, sendo imposto, não pode ser definida pelos SMAS. Ora, já sabemos que os SMAS querem investir vinte milhões na rede, mas, até lá, continuamos a pagar por um serviço desnecessário que não é, efectivamente, prestado. Por último, porque é que está o site da Junta, em manutenção há semanas?! Quando é que vamos ter, finalmente, a *newsletter*? Nos últimos 4 anos, inscrevi-me 3 vezes e continua a não haver *newsletter*, o que, para mim, é preocupante, pois não tenho disponibilidade para estar constantemente a deslocar-me aqui. Utilizo muito a informação digital e, de facto, o site da Junta não é mais do que um repositório de editais e, portanto, um site tem que ser muito mais do que isso. Por que razão não estão disponíveis ao público as actas das reuniões do Executivo, das Assembleias, dos orçamentos anuais, dos procedimentos relativos às aquisições, que são documentos cruciais a que toda a gente deve ter acesso. E eles não estão disponíveis, aliás, nunca estiveram. Sr. Presidente, para me inscrever hoje para falar, tive de preencher um formulário que obtive por terceiros. (Por acaso, como não recebi confirmação nenhuma, fiquei na dúvida se ele tinha chegado ou não). Precisamos de mais transparência do que no Executivo anterior.” -----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado Sr. Miguel Gonçalves. Em condições normais, eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Junta e permito-me aqui informar -todos, provavelmente já o saberão- mas o Sr. Presidente da Junta está em isolamento, porque tudo indica que tem familiares infectados com Covid. Assim sendo, não sei se o Senhor Presidente em exercício pretende responder. Faça favor, Sr. José Alberto Carvalho.” -----

Sr. Presidente, em Exercício, José Alberto Carvalho - “Muito boa noite a todos, na qualidade de substituto legal, vou tentar responder a algumas das questões levantadas. Relativamente ao espaço onde estão os monos e os verdes, nós estamos a adequá-lo para que seja um depósito temporário de resíduos. No entanto, não foi construído ainda, porque ainda não foram formalizadas todas as diligências necessárias com os SMAS para que o possamos ter aberto ao público, como foi sugerido e essa é a ideia que temos. Relativamente à mobilidade, os semáforos, no executivo anterior, nós fizemos algumas diligências junto dos responsáveis pelo pelouro, na altura era o Vereador Rui Pereira, mas agora, parece que está dividido em dois, segundo o novo

A
Vere. Rocha
Humb. AF

organigrama, cabendo aos Senhores Vereadores Domingos Quintas e Bruno Parreira. Já tentámos agendar reuniões tanto com os SMAS como com a Câmara, para abordar estes assuntos, mas só é possível em Janeiro. Relativamente à GNR e aos Bombeiros, isso serão decisões que cabem ao Ministério da Administração Interna. Relativamente ao site e à newsletter, eu passo a palavra ao meu colega Bernardo, que é ele que tem esse pelouro.” -----

Vogal do Executivo Bernardo Silva - “Boa noite. Fui eu que coloquei o site em manutenção. Sou eu o responsável. E que foram praticamente todos referidos (falta de informações importantes como a disponibilização das actas, de formulários de inscrição, sendo muito mais dinâmicos e mais adequados para o público. Estamos a trabalhar numa solução completamente nova para um site. E criar um novo site demora algum tempo e por isso é que está em manutenção há algumas semanas. Tenho a perspectiva de o terminar no final de Janeiro, princípios de Fevereiro. Portanto, vamos introduzir uma série de funcionalidades novas, que eu apresentarei e convidarei todos a experimentar aquele que será um dos melhores sites de freguesia aqui do concelho de Sintra. Quanto à newsletter, segue também o mesmo caminho. Entrei agora no Executivo, comecei a trabalhar nesse pelouro e estamos a trabalhar numa nova solução, mas estamos abertos a sugestões que poderão ser enviadas por e-mail para a Junta: geral@uflampasterrugem.pt e terei todo o gosto em considerar as propostas que chegarem.” -----

Sr. Presidente da Mesa - “Muito obrigado, dou agora a palavra à vogal Filipa Guimarães.” -----

Vogal Filipa Guimarães - “Boa noite. Na qualidade de deputada municipal pelo núcleo do Partido Social Democrata, também foi abordada esta questão da mobilidade, nomeadamente em relação a algumas ruas da nossa freguesia que carecem de estudo porque não estão funcionais. Foi entregue ao Dr. Bruno Parreira, Vereador com esta responsabilidade precisamente para haver uma resposta em alguns problemas da mobilidade. Também sei que os transportes não são os mais eficientes nem têm os preços mais acessíveis, considerando a população e isto, também o nosso grupo irá, seguramente, tentar melhorar esta situação, pois há tantos anos, o grupo da Scoturb é o único, mas que, tem uns horários pouco exequíveis, segundo o testemunho de pessoas que nos fazem chegar essas reivindicações.” -----

Sr. Presidente AF. - “Muito obrigado pelo seu esclarecimento. Não havendo mais pedidos de intervenções, proponha que passássemos ao período de antes da ordem de trabalhos.” -----

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. Presidente em Exercício, José Alberto Carvalho - “Gostava de informar que, neste momento já temos praticamente pronto o busto do Sr. Manuel Carioca. Quem passou em Assafora, já deve ter visto o que se passa. Falta apenas fazer uns pequenos arranjos envolventes com relvado e colocar a placa com os dizeres que nos fizeram chegar. No entanto, para isso, também precisamos de uma data para a inauguração. Pretendíamos que a Assembleia se

*Vera Rocha
Paul NE*

pronunciasse sobre essa data, para que fosse após as eleições de 30 de Janeiro. Também, face à situação da pandemia, não sabemos como as coisas se vão desenvolver, mas, neste momento está tudo pronto para avançar.” -----

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado, dou agora a palavra ao Vogal José Augusto Carreira.” -----

Vogal José Augusto Carreira - “Boa noite a todos. Acabei de ouvir dizer que chegou à Junta uns dizeres que se vão pôr na placa, correcto? Quem é que enviou esses elementos? Ora se a proposta para a criação do busto foi feita nesta Assembleia, acho que também deveria ser esta Assembleia a aprovar os dizeres que vão constar na placa. Ou os elementos da Assembleia não terão o direito de saber o que lá vai ser escrito? Entendo que. Se foi a Assembleia - e muito bem - que tomou a decisão, também deveria de ser a Assembleia a aprovar o que vem na placa, e não apenas o Executivo. Obrigado.” -----

Presidente em exercício, José Alberto Carvalho - “Tem toda a razão, mas eu posso dizer aquilo que nos chegou:- ” *MANUEL INOCÊNCIO CARIOCA - 10 DE JUNHO DE 1936 - 12 DE JULHO DE 2015 - Homem de causas e de projectos, empenhado na cultura, no bem-estar social e na defesa de valores, sempre atento ao bem comum*”. Esta foi a proposta que nos fizeram chegar “.

Vogal Luís Santos - “Ora boa noite a todos, à mesa, Executivo, colegas da Assembleia, funcionários e público, começando pelo que foi dito sobre o busto do Sr. Manuel Carioca, que foi aprovado por unanimidade na Assembleia de 18 de Setembro de 2020, se não estou em erro, cerca de 3 meses depois, apresentámos o texto e, até à data não houve qualquer reclamação sobre o mesmo, pelo que pensámos que, vindo já do mandato anterior e com cerca de um ano, já estivesse esclarecido. Quanto à data, também concordo que seja depois das eleições, para não adiar muito, 5 de Fevereiro, um Sábado, se isso for do consenso geral. Fica como proposta. Tinha outros pontos para falar, como o caso de a página da Junta estar em baixo. Isso já foi mais ou menos esclarecido e esperemos que, de facto, no fim de Janeiro, princípio de Fevereiro, possamos ter o melhor site do Concelho de Sintra. Fico com alguma expectativa. Relativamente à dificuldade do interveniente do público em se inscrever, fui eu que lhe fiz chegar o Regimento, onde vem o formulário. É pena, também, que não conste no Edital qualquer e-mail ou contacto para facilitar o público que queira intervir. Vou fazer nota que, a nossa chamada de atenção em declaração de voto sobre o afastamento das pessoas e a dificuldade que existe, as burocracias criadas com esta ficha de inscrição, logo nesta primeira intervenção, se não tivesse sido eu a fazer chegar ao freguês o formulário, provavelmente, ele não poderia ter estado aqui. Relativamente ao Regimento propriamente dito, consta na última página, a página 39, a votação do mesmo, depois de a comparar com outros regimentos, nomeadamente o da Assembleia Municipal, em nenhum consta a votação. Ora, para constar a votação, deverá constar também a declaração de voto. Disse.”

Vogal Henrique Martins - “Boa noite a todos. Em primeiro lugar, uma referência ao facto de esta ser a primeira Assembleia de Freguesia na sua sede, aqui na Terrugem. Sobre a moção dos 45 anos, que chegou à mesa, esperamos que ainda seja apresentada durante este período. Quero agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia a disponibilização dos discursos da tomada de posse.

Vera Rocha
Im 1E

Quero lembrar a entrada em vigor, na semana passada, da Lei 39/2021, de 24 de Junho. É com esta Lei que a reposição das freguesias de S. João das Lampas e de Terrugem poderá vir a ser concretizada. Destaco o relevante papel que teve o movimento criado nas nossas freguesias no âmbito da plataforma nacional para que, finalmente, houvesse em Portugal uma Lei aprovada na Assembleia da República, sem praticamente oposição e que vai permitir a reposição das nossas duas freguesias. Os critérios são rigorosos, mas tanto S. João das Lampas como Terrugem, cumprem-nos. Por isso apelo, mais uma vez, a todos para que dêem os vossos valiosos contributos. Muita informação tem sido prestada em várias assembleias realizadas desde Janeiro de 2020, informação esta que está disponível para quem a quiser consultar. No último Jornal de Sintra, mais dois artigos que merecem ser lidos com a devida atenção. Quero agora demonstrar o meu desagrado e incompreensão pelo não cumprimento do que está contemplado na Lei que diz que, vinte dias depois de um pedido de informação, o requerente deve ter uma resposta. Há seis meses que eu pedi informação sobre os marcos dos limites da Freguesia, identificação de fontes, fontanários, chafarizes, lavadouros, bebedouros na União de Freguesias e quais os que estão ligados à rede pública, bem como o acordo-protocolo com o Centro Nacional de Cultura para a implantação do Caminho do Mar. Em 30 de Agosto dirigi um pedido ao Presidente da Assembleia de Freguesia para que fossem enviadas as actas das sessões da Assembleia de Freguesia posteriores a 23 de Junho de 2020. Até hoje, ainda nada. Agora, algumas perguntas: - A intervenção no Cruzeiro de Santa Susana foi feita pela Junta? Há informação disponível sobre todos os cruzeiros da Freguesia? Que intervenções estão previstas fazer para a recuperação do património da Freguesia, por exemplo, nas esculturas, abrigos de passageiros, fontes, marcos, limites de Freguesia, placas toponímicas... que diligências fez a Junta para a colocação, em Alvarinhos, da placa com os versos de agradecimento do Ti Tomé, numa sugestão feita há mais de um ano? Uma referência ao facto de várias pessoas terem mostrado preocupação pelas obras dos SMAS em Alvarinhos e nas Areias, que estão a danificar algumas minas e na laje de atravessamento do Rio Falcão. Qual tem sido a intervenção da Junta? Se não o fez, agradeço que o faça e acompanhe a preocupação das pessoas. Que medidas têm sido desenvolvidas para que o beatómetro fornecido pelos SMAS há mais de um ano, seja utilizado pelos fregueses? Que comentários houve por parte da Junta, à Proposta de Plano de Gestão da Zona Especial Sintra-Cascais, que esteve em consulta aberta até 12 de Novembro? Das várias medidas contempladas há algumas muito interessantes como é o caso do depósito gratuito de resíduos de construção e demolição em vazadouro municipal e a criação de zonas de campismo e caravanismo. Por agora é só. Muito obrigado.” -----

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado pela sua intervenção. Chegaram à mesa quatro moções: uma da bancada do Partido Socialista, outra da bancada do CDS-Partido Popular e duas da Bancada da CDU, que peço aos serviços o favor de fotocopiarem e distribuírem pelos presentes para submeter à assembleia a aceitação destas moções.” -----

[Após votação, foi aprovada por unanimidade, a aceitação das quatro moções entregues na mesa]. -----

“Dou, então a palavra ao elemento da CDU, Sr. Ludovico, para apresentar a sua moção.” -----

Moção nº 1:

O Vogal Ludovico Martins passou à leitura da primeira Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade” (Anexo I); -----

O Sr. Presidente AF colocou o assunto à discussão, tendo o Sr. Presidente do Executivo em exercício, informado que o suplemento de insalubridade e penosidade, a partir da revisão orçamental de Abril de 2021, já estava contemplado e aplicado com efeitos retroactivos a Janeiro de 2021, aos trabalhadores abrangidos pela condição. O grau do subsídio a atribuir foi decidido por uma empresa de medicina e segurança no trabalho, conforme recomendações recebidas. -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da AF colocou à votação a Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade” apresentada pela CDU, verificando-se o seguinte resultado: -----

Votos a favor: OITO (PSD + CDS + CDU + Chega) -----

Abstenções: CINCO (PS) -----

Votos contra: ZERO -----

Pelo que foi APROVADA POR MAIORIA. -----

Moção nº 2:

O Vogal Ludovico Martins, leu, de seguida a segunda Moção “Pela Reposição das Freguesias” (Anexo II). -----

O Sr. Presidente AF colocou o assunto à discussão, tendo intervindo o Vogal Henrique Martins, que disse o seguinte: “Boa noite, novamente. Sobre a moção que foi agora apresentada pelo membro da CDU, só queria fazer uma sugestão que era a de enviar para a Assembleia Municipal, porque vai competir a nós iniciarmos este processo. Ninguém nos deve pedir. Nós é que temos de o iniciar. Depois, a seguir, é a Assembleia Municipal. Tudo o que lá chegar - e pela parte do Movimento pela Reposição das Freguesias de S. João das Lampas e da Terrugem já têm sido imensos os documentos enviados. Mudou um ciclo, alguns elementos mudaram e, provavelmente não tiveram acesso aos documentos enviados. Fica, então, a sugestão de enviar esta moção à Assembleia Municipal.” -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, o Sr. Presidente AF colocou à votação a Moção “Pela Reposição das Freguesias” apresentada pela CDU, verificando-se o seguinte resultado: -----

Votos a favor: SEIS (CDU+PS) -----

Abstenções: SETE (PSD+CDS+ Chega) -----

Votos contra: ZERO -----

Vera Rocha
L E

A
Vere Rocha
Henl AF

Pelo que foi **APROVADA POR MAIORIA.** -----

Em declaração de voto, a **Vogal Filipa Guimarães** fez a seguinte intervenção: “ A nossa abstenção não foi pela situação em causa, considerando que se trata de uma matéria que carece de muita responsabilidade e, acima de tudo, sabemos que é uma reivindicação da população. Temos respeito pelo trabalho feito pelo Grupo de Trabalho aqui já mencionado. Não tem a ver com isso. Mas, quando eu leio que, em 2013 o PSD e o CDS votaram contra, não. O PSD e CDS herdaram um país em banca rota e foram obrigados a cumprir o memorando da troika. E essa situação é a que está agora a ser analisada. E também houve uma “geringonça” que podia ter resolvido o problema e não resolveu. Agora, esta situação carece de um trabalho articulado com a Assembleia Municipal, com as outras freguesias e em conformidade com a situação sócio - económica do País, que não é a melhor. Por isso, não somos contra a situação ser, possivelmente, implementada, mas é uma matéria que carece de estudo e de uma análise realista e, acima de tudo, como tenho pautado a minha ideologia -e espero que assim seja- com responsabilidade. “ -----

O **Sr. Presidente AF** concedeu a palavra à **Vogal Ana Carioca**, para um esclarecimento. -----

Vogal Ana Carioca - “Boa noite à mesa, aos membros da Assembleia e ao público presente. Relativamente à intervenção de agora, do PSD que se absteve, claro que sim, não está em causa o sentido de voto de cada bancada. Agora, dizer que esta Freguesia em concreto ou esta Lei em concreto foi uma imposição da troika ...vamos lá ver, foi uma opção política do governo da altura. Optaram por esta estrutura de agregação de freguesias, porque, em cima da mesa e em concreto, para as Freguesias do Concelho de Sintra, relativamente a S. João das Lampas e Terrugem, existiam, pelo menos duas opções. E a opção política foi a que mais penalizou estas duas freguesias. Não foi uma imposição da troika, mas sim uma opção política do governo CDS-PSD.” -----

Moção nº 3:

O **Vogal Henrique Martins**, procedeu à leitura da **Moção “45 Anos de eleitos locais”** apresentada pela **Bancada do Partido Socialista (Anexo III)**. -----

O **Sr. Presidente da AF** colocou o assunto à discussão, tendo o **Sr. Presidente em Exercício** feito a seguinte intervenção: - “Em conformidade com a sugestão do Partido Socialista, nós comemoramos as datas da Freguesia de Terrugem e de S. João das Lampas. Só não temos comemorado melhor por causa da pandemia, mas temos comemorado. Mas não nos incomoda nada convidar todos os elementos desta Assembleia para essas comemorações, através do Presidente da Mesa.” -----

Não havendo outros pedidos de intervenção, a **Moção “45 Anos de eleitos locais”** apresentada pela **Bancada do Partido Socialista** foi colocada à **votação** tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTOS A FAVOR: TREZE - APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

Moção nº 4:

A
Votação
L H

O Vogal José Augusto Carreira fez a leitura da Moção “Voto de Saudação pelos 46 anos do 25 de Novembro de 1975” apresentada pela bancada do CDS-PP (Anexo IV) -----

O Sr. Presidente da AF colocou o assunto à discussão. Não tendo havido intervenções, esta Moção foi colocada à votação, registando o seguinte resultado: -----

Votos contra: UM (CDU) -----

Abstenções: CINCO (PS) -----

Votos a favor: SETE (PSD + CDS + Chega) -----

Pelo que foi APROVADA POR MAIORIA. -----

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1.1 APRECIAR E VOTAR A ACTA Nº 1.1 -DA Sessão extraordinária de 23 de Novembro de 2021. -----

Vogal Ana Carioca - “Boa noite, novamente. Esta intervenção dirige-se especialmente à mesa. Embora as actas sejam subscritas pelo Fernando Andrade não é ao Fernando Andrade que cabe a responsabilidade da elaboração das actas. Portanto, esta intervenção não é dirigida ao Fernando Andrade a quem não temos nada a apontar. Esta intervenção refere-se principalmente à Acta nº 1.1. Embora o ponto da Ordem de Trabalhos seja para apreciar as duas actas, nós temos aqui duas actas que, lendo-as, vemos que são duas actas de estilos completamente diferentes e isso é algo que nós, Bancada do Partido Socialista, não podemos deixar passar em branco. A Acta 1.1 é, por outro lado, uma acta que é, nitidamente, feita a dois tempos. Tem dois momentos. Ora, nós podemos fazer uma acta onde conste apenas e tão só, o dia, local, os presentes, a ordem de trabalhos e a forma de votação. A acta deve ter, no mínimo, de forma sucinta, as intervenções que foram feitas. E se nós formos ler a acta 1.1 temos uma primeira página que não retrata minimamente, nem sequer de forma sucinta, as intervenções que sucederam nessa assembleia. Sendo que, depois, lendo a intervenção da Vogal Filipa, nem se percebe por que razão até vem qualificada a intervenção: por que razão teria sido “saudada” a sua intervenção? Porque realmente foi, mas porque teve um sentido. E direi mais: a intervenção da Vogal Filipa foi, no fundo, um “safar de face”, se me permitem, porque tudo quanto ficou até este momento desapareceu. Portanto, esta acta não faz sentido. Nós vamos requerer, desde já, o suporte áudio desta Assembleia que corresponde à Acta 1.1 e, obviamente, não podemos votar a favor porque ela não espelha minimamente o que se passou. Para chegarmos ao adiamento da sessão -e foi, efectivamente, o que se passou - houve várias questões para trás que não vêm aqui, minimamente, abordadas. E, se nos permitem, esse branqueamento nós não podemos aceitar.”

Sr. Presidente da AF - “Muito obrigado pela sua intervenção. Mais alguém pretende intervir em relação à Acta nº 1.1? Não havendo, vamos pôr a acta à votação. Resultado: -----

Vera Rocha
11 11

VOTOS CONTRA: CINCO (PS) -----

ABSTENÇÕES: UMA (CDU) -----

VOTOS A FAVOR: SETE (PSD + CDS + Chega). -----

APROVADA POR MAIORIA com sete votos a favor, uma abstenção e cinco votos contra.” -----

3.1.2 APRECIAR E VOTAR A ACTA Nº 1.2 - Da Sessão extraordinária de 06 de Dezembro de 2021.

O Sr. Presidente AF colocou o assunto à discussão, sem que se tivessem registado quaisquer intervenções, pelo que a Acta 1.2 foi colocada à votação, registando-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TREZE - APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

3.2 - Informação Escrita do Presidente - 4º Trimestre de 2021: -----

O Sr. Presidente em exercício fez uma leitura sintetizada do documento enviado, referindo que ainda não conseguiu reunir com todas as colectividades, mas pretende fazê-lo com brevidade. Referiu ainda que a parte correspondente à Acção Social iria ser abordada pela Vogal Lígia Joana, que é quem tem o pelouro juntamente com a Vogal Cláudia Rolo. -----

Vogal Lígia Joana - “Boa noite a todos. Em relação à Acção Social, é um pelouro que está dividido entre mim e a Cláudia e é um compromisso do Executivo desta nova era, dar uma atenção mais detalhada, mais atenta, ao pelouro de Acção Social. E começámos por reunir com algumas associações, nomeadamente o Centro Paroquial de S. João das Lampas e o S. José de Vila Verde. Consideramos que o banco alimentar, e esta época do ano merece uma atenção especial por parte da Junta, para que se continuasse a apoiar as famílias que já apoiávamos, mas sem fazer uma duplicação, mas sim um reforço. E foi deveras importante esta aproximação com estas duas instituições, o que fez com que cooperássemos de uma forma mais produtiva para podermos apoiar mais famílias de uma forma melhor. Estamos aqui, nos próximos anos, juntamente com a nossa técnica social e as outras técnicas dessas instituições, (estas, em particular, porque fazem aqui um trabalho de campo na área do banco alimentar e de outro tipo de apoios como bens de outras necessidades). Houve um aumento considerável do número de famílias carenciadas, nesta fase de Covid que estamos a viver e é um compromisso desta Junta e deste executivo, estar atento e ser parceiro, não só de uma forma de termos a nossa porta aberta e nossa acção social para quem nos vem bater à porta, mas também para ajudar as associações que, por vezes, com os meios que têm nem sempre conseguem dar um apoio condigno. Neste relatório, como podem ver, estão aqui algumas acções importantes, mas estamos disponíveis para alguns esclarecimentos. Estamos muito preocupados com esta área e queremos fazer alguma coisa de substancial para melhorar estas situações.” -----

Vogal Henrique Martins - “Este ponto da Ordem de Trabalhos, que é avaliar a informação escrita do Presidente, o que está e o que não está... eu pergunto ao Presidente em exercício se as respostas às questões colocadas anteriormente

A
Vera Rocha
12 11

serão enviadas à posteriori, é isso? [confirma-se]. Neste momento ninguém se sente em condições de responder a qualquer uma delas? É que, mesmo não estando o Presidente, algumas destas questões já vêm de algum tempo, pelo que seria possível que alguém tivesse informação sobre elas. Mas pronto, se vierem à posteriori e se cumpram os prazos, está certo. Queria fazer uma referência à SFUA, pois trata-se da comemoração do 79º aniversário e não do 69º como aparece na informação escrita. Sobre a toponímia, há na nossa freguesia, algumas placas a necessitar de intervenção há algum tempo, desde nascente a poente, de Fontanelas e Gouveia ao Seixal e A dos Palheiros. Em Fontanelas continua tapada a placa toponímica com versos, a que já fizemos referência várias vezes; Fontes e Lavadouros: a Rota da Água está a ser concretizada? Há um ano que o Sr. Presidente disse que sim e que o José Alberto estava responsável por avançar com isso. Sobre os asfaltamentos, no Plano de Recuperação das Vias Rodoviárias para 2022, que já foi aprovado pela Câmara, quais foram as prioridades indicadas pela Junta? A intervenção em Alvarinhos, ainda no mandato anterior, foi também consequência da intervenção da Vereadora Paula Neves. Recentemente no aniversário do Futebol Clube de Alvarinhos, ouvi a intervenção do Sr. Presidente -e bem- a destacar o papel do Vereador Domingos Quintas e do Director Executivo Carlos Vieira, dos SMAS, mas não esquecer que a Vereadora Paula Neves teve um papel importantíssimo para que aquela estrada fosse asfaltada como está agora. Sobre o movimento associativo na Freguesia, a que o José Alberto já fez referência (e esteve com algumas colectividades), há alguma coisa a transmitir à Assembleia? Das candidaturas apresentadas, quantas cumprem os requisitos contemplados no Regulamento? Devem ter sido horas e horas a analisar as candidaturas para depois as contemplar no orçamento. A Junta vai começar a apoiar obras nas instalações dos clubes ou ainda não? Últimas questões: Parque de Merendas de Magoito: A Junta tem alguma informação a prestar a esta Assembleia? E sobre a Estrada Alto dos Moinhos ao Arneiro dos Marinheiros, a Junta tem alguma informação a prestar aos membros da Assembleia? É que somos nós os representantes do povo. E é bom ouvir o que tem para nos dizer, gostando ou não, estamos aqui para defender os interesses da nossa população. E quem anda lá fora, deveria também estar aqui a questionar. Muito obrigado.” -----

Sr. Presidente em exercício, José Alberto Carvalho - - “Sobre a placa toponímica em Fontanelas, já falámos com o Director dos SMAS, dr. Carlos Vieira, sobre o posicionamento do ecoponto que está a encobrir a placa. Sobre a Rota da Água, sim, é para avançar. Sobre as prioridades do Plano para 2022 trata-se de um pelouro do Presidente, do qual não disponho de informação neste momento. Sobre o apoio a obras nos clubes o regulamento prevê isso e nós queremos apoiar algumas pequenas obras desde que enquadradas na Lei e no nosso Regulamento. Sobre o Alto dos Moinhos ainda não temos nenhuma informação a não ser que o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Domingos Quintas acordaram em fazer novo projecto pois aquele não fazia sentido da forma como estava implementado. Estamos a aguardar. Como tinha sido dito ao Sr. Miguel Gonçalves, que falou no período aberto público, as reuniões a ter com os responsáveis sobre as matérias abordadas, passaram todas para Janeiro. Sobre o Parque de Merendas de Magoito talvez a nossa colega Filipa, que é da Assembleia Municipal, tenha alguma informação para dar. Sobre a documentação das candidaturas aos apoios do associativismo, já tive uma

A
Vera Rocha
11/11

conversa com o nosso colaborador da contabilidade, Dr. Nuno Rocha sobre isso e todas aquelas a que faltem documentos serão notificados para os enviar. "--

Vogal Ana Carioca - "Relativamente à informação escrita, na parte da Sector Social, por diversas vezes, em várias Assembleias, no último mandato, nós, bancada do Partido Socialista, chamámos a atenção para necessidade de a Junta trabalhar em rede com várias instituições. A intervenção que ouvimos hoje, foi a primeira vez que ouvimos, no sentido de que o executivo considera importante trabalhar em rede. Os meus colegas têm a mesma sensação que eu e esperamos que isso se verifique, pois parece haver, finalmente, uma mudança de atitude nesse sentido. E se assim for, cá estaremos também para louvar, assim como apontamos essa necessidade, também cá estamos para dizer que é esse o caminho. Porém, olhando para o relatório, achamos, muito sinceramente, que aquilo que foi explicado agora, não está espelhado neste relatório. Ainda que esse seja o caminho a seguir, não me parece que isso esteja espelhado no relatório. Nós continuamos a achar - e, se estivermos errados, gostaríamos que nos explicassem- que o serviço social, ou o apoio, melhor dizendo, que o Executivo da Junta promove e acompanha, não é feito da mesma forma nos dois territórios que compõem a Freguesia, na Terrugem e em S. João das Lampas. Que pode existir a presença do Executivo na Terrugem, mas não em S. João das Lampas. Não articulam com as instituições existentes em S. João das Lampas. E, ainda a semana passada, por exemplo, em conversa, precisamente sobre este tema, foi-me confirmado por alguém ligado ao Centro Social e Paroquial e à Paróquia, que não existe essa articulação e este ano, pela primeira vez, o Executivo entregou leite para o banco alimentar para compor o cabaz de Natal. Mas, relativamente ao apoio às famílias carenciadas no território de S. João das Lampas, remetem para o Centro Social e não há uma articulação. Ou seja, a Junta, remete para o Centro Social e Paroquial. Entende-se que, como existe o Centro, deve ser esta instituição a fornecer o apoio. E acho que, se é assim, não está correcto. Por outro lado, olhando aqui para os atendimentos presenciais, que, pelas informações que nos chegam, nomeadamente, de S. João das Lampas, eu questiono se estes atendimentos presenciais se reportam apenas ao território da Terrugem. Temos aqui 71 atendimentos e o apoio alimentar a 42 agregados familiares. Mas eu tive a informação de que só em S. João das Lampas existem 122 ou 124. Portanto, parece-me que estes números estão desfasados. Por outro lado, também me chegou ao conhecimento, e não sei se ao do executivo também chegou, que em articulação com o Agrupamento do Alto dos Moinhos, que há, relativamente às crianças, necessidade de produtos de higiene pessoal, porque há crianças que, neste momento, para além das dificuldades acrescidas por estarem inseridas em agregados familiares de baixos rendimentos, chegam à escola e, em virtude de terem uma higiene descuidada por falta de meios, são segregadas pelos pares, o que provoca...enfim...promove o próprio abandono escolar, pois essas crianças não se sentem bem entre os pares e o seu aproveitamento escolar também se ressentem. Eu não sei se o Executivo tem essas situações sinalizadas, pois não vejo isso espelhado neste relatório. Embora o caminho seja trabalhar em rede, ainda não está aqui espelhado. Fora disso, gostaríamos de saudar o contributo que o Executivo fez para perfazer a verba de cinco mil euros para a Liga Portuguesa Contra o Cancro que, nestes tempos difíceis, o peditório a nível da população foi mais reduzido, mas o Executivo completou, o que é de saudar.

Vera Rocha
11/11

Por último, para referir apenas que o Sr. Armindo Azenha, um freguês de Santa Susana escreveu um livro que acaba de ser publicado e tem um custo de dez euros e toda a receita da venda reverte para a Liga Portuguesa Contra o Cancro. E, já agora, não tem a ver com isto, mas se o Senhor Presidente me permitir, informo de uma outra questão de natureza social. Portugal acolheu quinhentos refugiados do Afeganistão e, neste momento, o Conselho para os Refugiados revelou falta de roupas masculinas para esses refugiados. Uma vez que esta Assembleia é constituída maioritariamente por homens, se tiverem roupas disponíveis para esse efeito, agradece-se. Não fui eu que fiz o contacto, mas um deputado ou ex-deputado do Partido Socialista. -----

Vogal do Executivo -Lígia Joana - “Na tentativa de responder a todas as questões, tomei umas notas para fazer o esclarecimento do que se vê no relatório. Desde que fomos eleitos, temos tentado mudar, evoluir e tomar atenção a outros detalhes. Por isso é que estamos aqui, o ser humano evolui. O nosso primeiro passo para 2022 será mudar o nome do “Terrugem Solidária”, porque a União de Freguesias herdou realidades distintas; de maneiras de ver a acção social também distintas, mas, para não ferir certas susceptibilidades das próprias populações, optámos por manter as coisas que já cá estavam, e, neste momento estamos em condições de unificar a nossa acção social nas duas freguesias, nos dois locais: Terrugem e S. João das Lampas. O nosso atendimento na acção social é na primeira linha. O que nós fazemos aqui não é igual ao que se faz no Centro Paroquial, ou ao que se faz no S. José de Vila Verde. Estas duas instituições e outras que estão na nossa Freguesia têm valências muito distintas e programas distintos, que se candidataram a apoios do Estado, do banco alimentar. Estamos aqui para direccionar. Quando a Dr.^a Ana diz: - porque é que não estão aqui contemplados os atendimentos que se fizeram em S. João das Lampas, estes atendimentos foram feitos e foram-nos comunicados nesta reunião que nós tivemos para conhecimento da realidade do próprio Centro, foram feitos pelas técnicas de acção social do Centro Paroquial. Não faria sentido vir aqui espelhado porque foram feitos pelas técnicas do Centro e não por nós, pela nossa assistente social no seu âmbito de trabalho. O que deve acontecer é esta interligação, é quando recebemos uma família vemos quais as melhores respostas que existem. Quando elas são, efectivamente, de S. João das Lampas, o Centro tem a valência do banco alimentar e outros programas que eu não vou enumerar porque não sei as siglas todas de cor, tentamos encaminhar para a melhor resposta possível. Nós não deixamos de dar resposta. Temos é de saber o que há na sociedade para resposta a essa família e podermos complementar. Quando fala em bens de higiene, que é uma das coisas que o Centro Paroquial não tem em grandes proporções, nós temos é de complementar, depois. Mas não temos a capacidade de colocar no relatório os 154 casos de atendimentos no Centro Paroquial, porque embora sejam relativos à nossa Freguesia, não fomos nós que os fizemos. Será que faz sentido ser a Junta a comunicar à Assembleia o trabalho que é feito pelas instituições directamente? Quanto ao Alto dos Moinhos, ainda não fizemos a articulação. Apenas estamos representados no Agrupamento, no Conselho Geral -sou eu própria que estou a representar a Junta - e farei questão de averiguar esta situação. No âmbito social eles sabem que temos esta valência. Estamos inteiramente disponíveis sempre que isso nos chegue. Como nos deu esta informação adicional, farei eu, com autorização do Executivo, o

A
Vera Roche
11/11

contacto com a Dr.^a Luísa para vermos de que forma poderemos chegar a essas famílias e perceber se já estão sinalizadas aqui connosco e se podemos, de alguma forma, contribuir.” -----

Vogal Ana Carioca - “Só queria esclarecer que, em relação ao Centro, a informação que nos chegou é que as técnicas não articulam. Portanto, não há conhecimento... não é a Junta a reflectir o trabalho que elas fazem, isto é, quando há um contacto com a Junta, em S. João, remetem para o Centro e as pessoas vão ao Centro. Apesar das pessoas terem ido primeiro à Junta e terem sido sinalizadas lá, remetem-nas para o Centro. E isso falha no vosso relatório. Independentemente de encaminharmos para o Centro e de serem eles a fazerem o atendimento e não a Junta a fazer a triagem, acho crucial que as próprias técnicas articulem, que conversem. Assim, ficamos sem saber a quantas andamos. E até, para precaver uma outra situação que é o abuso no pedido de apoio. Também tem essa função.” -----

Vogal Filipa Guimarães - “Penso que há pouco não me expliquei bem em relação às declarações que fiz, naquela questão das moções. Porque eu tenho aqui pelo menos três notícias de jornal que falam que quem assinou o acordo foi o PS e o PSD fez o possível para limitar danos, que até autarquias estiveram em cima da mesa para serem extintas e nós evitámos. E todas estas notícias têm data anterior a 21 de Julho de 2011, que foi quando tomámos poder. Eu queria que isto ficasse registado em acta, por uma questão de coerência com a ideologia que estou a defender. Relativamente à informação escrita do Presidente, eu acho que é salutar o que está explanado, pois em tão pouco tempo, dois meses de trabalho, acho que deram o seu melhor. Sobre o Parque das Merendas de Magoito, esta matéria foi abordada por mim na Assembleia Municipal, uma vez que as pessoas de Magoito já me questionaram, tal como a Associação de Património de Sintra e os Amigos das Árvores, pois estava em causa o corte de árvores e a população estava alarmada com isso. Foi alertado o Executivo para esse facto e os mesmos disseram que iriam facultar a informação a quem quisesse recorrer à mesma, uma vez que é diminuta a informação explanada no site e a população não está satisfeita. Houve uma amiga minha que, no próximo dia dez, salvo seja, vai consultar este plano, mas, isso está condicionado pela situação que estamos a viver. A obra e os pinos relativamente ao Alto dos Moinhos, também questionei o Sr. Presidente na última reunião da Assembleia Municipal, quanto é que esta obra custou? Porque é que foi feita assim e o que é que estaria estudado, em curso ou executado. Disseram-me que estava em estudo, mas o assunto foi também abordado. Sei que a autarquia fez um rastreio em relação ao cancro de mama -e bem-descentralizando o dispositivo móvel em todas as freguesias, considerando o donativo generoso que esta freguesia faz e que muito nos honra, informei o Executivo, por escrito, que seria importante, nestas acções, que a União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem fosse também contemplada, uma vez que, na zona rural, apenas foi a União de Freguesias de Almargem e Pêro Pinheiro. Relativamente ao trabalho social é de saudar o trabalho em rede. Nas autarquias foi implementado e é impossível que assim não seja e penso que seria importante, no futuro, nesta acção social -e deixo aqui uma nota e penso que é uma área bastante querida à Dr.^a Lígia Joana, área de saúde mental - sei que a Fundação Aga Khan tem o objectivo de vir trabalhar para a nossa União

de Freguesias, nomeadamente, com a população sénior, e penso que é muito importante abordarmos esta questão da saúde mental, porque até o nosso município, quando eu tive a sorte de pertencer ao Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico, desenvolveu vários projectos que foram alvo de elogio e de menção, seria importante, além da articulação com as instituições e trabalho em rede, darmos uma relevância à questão da saúde mental, considerando a época pandémica que estamos a viver.” -----

Vogal Henrique Martins - “Muito obrigado à Sr.^a Deputada Municipal pelo acesso privilegiado à informação. A intervenção que fizemos é no sentido de termos o Executivo envolvido naquilo que são as preocupações de todos nós. A informação que foi colocada no site da Câmara a 3 de Novembro é escassa. Queria também salientar o facto de o Dr. Eugénio Montoito ter elaborado há pouco tempo um documento, não sei se já tem conhecimento desse documento, para que aquele espaço (Parque de Merendas) seja mais um espaço emblemático no nosso Concelho, na nossa Freguesia. Se estivermos todos envolvidos com certeza que o produto final será muito melhor. E ainda bem que o Executivo está decidido a ouvir-nos. Muito obrigado.” -----

Vogal Filipa Guimarães - “Relativamente à doação de roupa, na Tojeira, há um sítio a que nós chamamos o “*point*”, que é um género de loja social, onde nós fazemos a doação de vestuário que, normalmente está disponível. O que eu poderei fazer é sensibilizar algumas voluntárias que ajudam nesse espaço e poderemos fazer uma selecção de roupa masculina para podermos ajudar naquilo que aqui foi pedido. Acho que é importante que todos contribuam para a causa.” -----

Vogal José Augusto Carreira - “Só agora é que cheguei a esta Assembleia (faço parte desta Assembleia, não fiz parte da outra) e acho que isto está a levar um rumo certo. Com respeito à acção social, acho que aqui faltou uma coisa. A pandemia não passou. Ela continua e o que acontece é que nos lares da nossa União de Freguesias temos muitos idosos e os familiares não conseguem ir visitá-los. Porquê? Porque não há testes. O governo diz que dá seis testes por pessoa, por mês. É uma realidade que não existe na nossa União. O que eu penso é que em Sintra, conforme há em várias câmaras, há carrinhas para fazerem testagem, também poderíamos sensibilizar a Câmara de Sintra para fazer o mesmo. É que na União de Freguesias não há um único sítio onde se consiga fazer testes. Se houver que diga que há, peço que diga onde é que se faz, para se poder minimizar esta situação.” -----

Presidente da AF - “Pergunto se alguém do Executivo pretende fazer alguma intervenção. Não havendo passemos ao ponto seguinte. -----

3.3 Apreciar, discutir e votar as Opções do Plano e Orçamento para 2022

Sr. Presidente, em exercício - “Relativamente ao orçamento anterior, temos, para 2022, uma redução de cerca de seis ou sete por cento, que correspondem a verbas da Câmara que foram transferidas excepcionalmente em 2021 e que não se prevêem para 2022. Continuamos com a nossa aposta na acção social, na recuperação do nosso património. Se houver alguma dúvida, procuraremos esclarecer.” -----

Vera Rocha
L AF

Vera Rocha
N. N. E.

Vogal Luís Santos - “Relativamente às Opções do Plano parece-me que para um orçamento de um milhão duzentos e vinte e cinco mil euros, um parágrafo de três linhas, em que duas delas referem as directivas do que vai ser a acção do Executivo... um Executivo composto por cinco elementos e com duas linhas para explicar as acções, parece-me bastante curto. Depois, vamos, mais à frente, analisar e ver que este orçamento é mais do mesmo, exactamente idêntico ao do ano anterior. Mas deixo para o Nuno Cardoso, os comentários a fazer. Disse.”

Vogal Nuno Cardoso - “Boa noite a todos, Presidente da Assembleia, Mesa, restantes colegas, Executivo, é um prazer ouvir-vos. O Beto já [José Alberto Carvalho] falou na ligeira redução de seis ou sete por cento. Ora, estamos há praticamente dois anos em pandemia e verifico que as principais receitas, transferências do Estado e Municípios, Fundo de Financiamento das Freguesias, Transferência de competências da Lei 50, Apoio às Freguesias da Câmara, Protocolo da Via... tudo isto não foi mexido nestes dois anos. Recuo mais para trás, três, quatro anos, e as verbas são iguais., que são cerca de oitenta por cento para gestão da Junta. Do lado de despesa, estive a comparar orçamentos e informações escritas e informação financeira e, como dizem os espanhóis, os “valores quadram”. Tinha algumas perguntas para colocar: -Em transferências correntes, eu vi que a execução foi de onze mil euros para apoio a carenciados, mantendo o orçamento de vinte mil, acho que sim, que é prudente, quero saudar isso. Associações de Idosos também foi abaixo dos vinte mil, mas mantém; as colectividades, que foi um tema que fui sempre questionando aqui, a verba era de 64 mil e passou para 65 mil euros (apesar da execução ter sido de 51%). Com a pandemia houve muita coisa que não foi realizada. Tudo bem. Associações de Pais (todos os anos digo isto e aproveito para agradecer o apoio de 350 euros que a Junta sempre dá à Associação de Pais de Vila Verde de que faço parte) Há uma subida na rubrica dos titulares de órgãos de soberania e membros dor órgãos autárquicos que tem uma subida de 26 para 43 mil euros. Agora, umas questões: - que é que são alterações facultativas do procedimento remuneratório? (isto não vinha nos anteriores orçamentos, pois não?); Recrutamento de pessoal para os novos postos de trabalhos:12.130 euros. Isto, agora quadra com o mapa de pessoal onde estão dois postos de trabalho a preencher, tal como no mapa de pessoal anterior. Mas esta rubrica não existia? Ou estaria noutro lado? Fala aqui também em “Pessoal em regime de tarefa ou avença” São 17500 euros será para o serviço das valetas? Deslocações e estadas: 7.500 euros; Estudos, pareceres, projectos e consultadoria, penso que estará aqui incluído a contabilidade (Dr. Nuno Rocha); Comunicações-10 mil euros (internet, telemóveis...) “-----

O Sr. Presidente em Exercício solicita ao Sr. Presidente da Mesa que seja o técnico Dr. Nuno Rocha, a responder às questões levantadas, o que foi concedido. -----

Dr. Nuno Rocha - “Muito boa noite a todos e Boas Festas e votos de um excelente mandato. Respondendo aqui às questões técnicas, as alterações de posicionamento remuneratório repetem-se agora, porque em 2021 não conseguimos concluir o SIADAP, que está em conclusão e podem existir alguns trabalhadores que transitem obrigatoriamente, por atingirem os 10 pontos na avaliação acumulada, ou então por opção do órgão de gestão, se se cumprirem os requisitos legais, de uma forma facultativa. Chama-se a isso opção de gestão

A
Vera Rocha
L Af

e aí poder transitar de posição remuneratória. Daí nós prevermos um valor, metade do ano anterior, por não haver muitos trabalhadores nestas condições. No ano passado estavam inscritos 10 mil euros, este ano, apenas 2 mil. Os novos recrutamentos são mesmo para os novos postos de trabalho que estão projectados. A avença, penso que está esclarecida, pois destina-se à prestação de serviços para o exterior, para as deservagens, limpeza de valetas, etc. Os Estudos, pareceres e consultadoria, inclui tudo o que seja apoio contabilístico à gestão, jurídico no caso de ser empresa, se não for entra nas avenças. As comunicações incluem tudo o que disse, telemóveis, telefone fixo, internet, correios, *web page*. Acho que respondi a tudo, mas queria fazer uma pequena ressalva. O Senhor Presidente disse, e muito bem, da variação que houve na receita, correspondendo ao valor da carrinha e da transferência de capital (que foi concretizado no ano passado), daí uma variação de 83.050 euros. No caso do Fundo de Financiamento das Freguesias, não é verdade que não tenha aumentado anualmente. Pelo contrário. Com a Lei das transferências locais, de 2018, houve, e foi até negociado pela ANAFRE, um valor que não estava a ser pago às freguesias no que diz respeito ao FFF e que tem sido gradualmente, ao longo de 3 ou 4 anos (que culmina neste ano) o excedente que vem abaixo do FFF, no orçamento. Este valor, uma vez que o orçamento de estado para 2022 foi chumbado, por prudência, foi calculado com base no orçamento anterior. Quando o orçamento for aprovado, através de uma revisão orçamental, passaremos a incluir a verba correspondente.” -----

VOTAÇÃO - Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da AF pôs à votação este ponto das Opções do Plano e Orçamento para 2022, verificando-se o seguinte resultado: -----

Votos contra: ZERO; -----

Abstenções: SEIS (PS+CDU); -----

Votos a Favor: SETE (PSD + CDS + Chega) -----

Sendo, por isso, **APROVADO POR MAIORIA**. -----

3.4. Apreciar, discutir e votar o Mapa de Pessoal -2022.

Sr. Presidente da AF - “Alguém pretende intervir neste ponto? O Executivo quer apresentar algum esclarecimento?” -----

Vogal Lígia Joana - “Relativamente aos dois lugares que são referidos, correspondem à intenção do Executivo de colocar dois funcionários para o serviço de rua, que é onde se nota mais falta e que já vinham no mapa de pessoal anterior. Temos, agora, a intenção de abrir concurso para se acabar com as avenças.” -----

VOTAÇÃO - Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da AF pôs à votação este ponto, do Mapa de Pessoal -2022, tendo o mesmo sido **APROVADO POR UNANIMIDADE**. -----

3.5 - Verificação dos Requisitos para o exercício de funções em regime de meio tempo (Despacho nº4 e Proposta nº A-38) -----

A
Vera Rocha
N NE

Sr. Presidente da AF - “Dou a palavra ao Executivo”. -----

Sr. Presidente, em Exercício - “Só para dizer que se trata de propostas apresentadas pelo Presidente. Ele entendeu, neste mandato, fazer a distribuição de pelouros de uma forma diferente e decidiu que nós passássemos também a exercer funções em regime de meio tempo, conforme documentos que foram enviados.” -----

Vogal Ana Carioca - “Obrigado Sr. Presidente. Em relação à verificação dos requisitos nós ficamos na dúvida sobre o que se pretende. O que a Lei diz - e vem aqui transcrito na Proposta A-38/2021, que refere o no art.27 da Lei 169/99 e, se se pretende com a inclusão destas propostas na ordem de trabalhos, apenas verificar que as contas estão bem feitas, ora pois, as contas estão, obviamente, bem feitas. A Lei é clara: desde que não exceda 12% do orçamento em vigor ou da receita da conta de gerência do ano anterior, que será de 2020. O Orçamento em vigor termina a 31 de Dezembro...ora bem...tem cabimento. Para o orçamento em que a proposta será enquadrada (2022) continua a ter cabimento e, aliás, esta despesa acabou de ser aprovada ao ser aprovado o orçamento. Já está aprovada a despesa antes da verificação dos requisitos, o que nos causa alguma estranheza, mas, efectivamente, era esta a ordem de trabalhos. Mas eu creio que a verificação dos requisitos não se fica só por aí e o Executivo não nos deu todos os elementos necessários, na nossa opinião, à verificação destes requisitos. Desde logo, e pegando numa das primeiras intervenções nesta Assembleia e que tinha a ver com a falta de publicidade, de transparência das deliberações do próprio Executivo, neste momento a Assembleia não sabe -eu, enquanto membro desta Assembleia não sei, os meus colegas também não sabem), nós não sabemos qual é a distribuição dos pelouros. Esta proposta deveria vir acompanhada da distribuição dos pelouros. O site da Junta está *off*. Esta é a única União de Freguesias do Concelho que não tem o site no ar. Pelo que percebemos, temos agora um vogal do Executivo dedicado a esse site. Mas já tínhamos no anterior Executivo, que é a pessoa que está agora a exercer o cargo de substituto, que nós, também, deduzimos, que esteja com o cargo de Presidente-substituto porque, em bom rigor, a Assembleia não foi informada de quem é o substituto legal do Presidente Ponce de Leão. Percebemos que será o José Alberto, mas não fomos informados. Portanto, nós não conhecemos o despacho nesse sentido. O Despacho A-04 também não indicia que seja este vogal, pois apenas se refere que o Presidente vai exercer o seu cargo em regime de meio tempo cedendo o seu outro meio tempo ao vogal José Alberto Carvalho. Creio eu que, se é o caso do vogal José Alberto Carvalho ser o substituto legal, pelo menos, essa condição deveria constar neste despacho. Ou seja, qual é que é o sentido desta intervenção da bancada do Partido Socialista? É precisamente a falta de elementos. Propõe o Executivo que além de dois meios tempos que já existiam no anterior mandato, passe a haver mais dois, como se estivessem duas pessoas a tempo inteiro. Se pegarmos na linha de apresentação do orçamento, que é, no fundo, o que leva a incluir esta despesa (Já agora, convém assinar o orçamento que nos foi enviado) que mantém a mesma linha de orientação do de 2021, com uma atenção especial dirigida para a educação, nomeadamente no apoio em material escolar, no apoio ao associativismo cultural e desportivo, instituições sociais e outras, fundamentalmente na melhoria do espaço público. Ou seja,

A
Vera Rocha
L NE

conjugada a apresentação do orçamento com as propostas, de onde é que nós poderemos aferir -e até sem conhecer os pelouros - que estão adstritos a estes vogais, de onde é que nós podemos retirar a necessidade de mais duas pessoas a meio tempo? Se a possibilidade existe na Lei desde 2017, não se conhecem novas competências do mandato anterior para o actual, a cargo da Junta de Freguesia. Pelo menos não nos foram apresentadas: linhas de actuação e projectos da Junta que o justifiquem mais duas pessoas a meio tempo. Portanto, na opinião da bancada do Partido Socialista, é que as contas, sim senhor, estão certas. Quanto a mais duas pessoas a meio tempo, não nos foi dado conhecimento dessa necessidade, pelo que não podemos fazer essa verificação. E, por uma questão de transparência, achamos essencial, os membros da Assembleia terem conhecimento dos pelouros que estão adstritos a cada um dos vogais. “

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado pela sua intervenção. Permitam-me só que clarifique aqui uma situação. Não me compete, obviamente, a mim, defender as posições do sr. Presidente da Junta, que delega, em quem entender, a sua substituição na Assembleia de Freguesia. Aliás, como sabem, a única pessoa do Executivo que está obrigada a estar na Assembleia de Freguesia é o Presidente. Os vogais nem sequer têm essa obrigatoriedade. Dito isto, não sei qual a razão do Sr. Presidente da Junta delegar no Sr. José Alberto, mas provavelmente porque era o número dois da lista e entendeu que assim o devia fazer. No entanto, retiro para mim o ónus da não explicação a esta Assembleia relativamente à ausência do Sr. Presidente, o que assumo. Eu recebi um e-mail, e, provavelmente deveria tê-lo retransmitido e não fiz, e por isso me penitencio perante a Assembleia. É um mail que diz assim: *“Informo que, por motivos de isolamento profiláctico, o Sr. Presidente não vai poder estar presente na sessão de hoje da Assembleia de Freguesia, fazendo-se representar pelo Vogal José Alberto Carvalho. Cumprimentos.”* Este foi o mail que recebi e que deveria, eventualmente, ter dado conhecimento no início da sessão. Isto, para esclarecer esta situação. Se o Sr. José Alberto pretender dizer alguma coisa, dou-lhe já a palavra.”

Vogal Ana Carioca - “Vamos lá a ver, eu estava-me a referir, quando falei no José Alberto Carvalho, ao Despacho A-04, que refere o artigo 18º da Lei 75/2013, que faz parte do ponto 3.5 da Ordem de Trabalhos. Não estou a falar na representação do Sr. Presidente, hoje, nesta Assembleia. “

Sr. Presidente, em exercício - “Nós faremos chegar à Assembleia os despachos da distribuição dos pelouros e da substituição legal do Presidente.”

Vogal José Augusto Carreira - “O ditado é antigo: “é preso por ter cão e é preso por não ter”. Eu cheguei a assistir a sessões da Assembleia no anterior mandato e o Partido Socialista acusava o Presidente de fazer tudo e os outros membros do Executivo não falavam nem tinham direito a nada. Agora, se o Presidente decidiu dar pelouros aos vogais, reclamam na mesma. É uma decisão que está na Lei. A nossa Freguesia é a maior do Concelho de Sintra e uma das maiores de Portugal, tem toda a lógica que se distribuam pelouros e que trabalhem para o bem da nossa Freguesia. Não vejo qual é o mal. Tudo bem, ainda não apresentaram quais são os pelouros, mas se o Beto já disse que os iria apresentar...”

A
Venc Rache
N 16

Vogal Ana Carioca - “Sr. Presidente, eu creio que isto já vem sendo um hábito e os maus hábitos devem matar-se à nascença. Eu creio que fui muito clara na minha intervenção. O que está em causa é a despesa. É saber se se justifica a despesa. Não é a distribuição de pelouros, que sempre houve. Mas, todos os vogais têm direito a senhas de presença relativas às reuniões a que assistem. O que está em causa é saber se existe a justificação para a despesa e não para a distribuição de pelouros. Efectivamente, não nos sendo dado conhecimento sobre quais são os pelouros que vão exercer, não conhecendo, como consta no próprio orçamento, linhas orientadoras, enfim, projectos em concreto que o Executivo pretenda levar a cabo durante estes quatro anos, gostava de saber se se justifica mais dois meios tempos. No anterior mandato existiam dois a meio tempo. Nós não reclamámos. Mas agora, vão-me desculpar, vou usar uma expressão popular: “nós precisamos é de saber o que a casa gasta”. Para que é que é necessário criar a despesa? É um dinheiro público. Óbvio que quem trabalha deve ser remunerado. A questão é saber se existe justificação para criar esta despesa. Ou seja, se exercem um mandato como exercem tantas pessoas, por este País fora, recebendo as senhas de presença, ou se se justifica receberem um ordenado para exercer esse meio tempo? Como? Em que condições? E qual é, eventualmente, o horário para os fregueses poderem ir falar com os responsáveis dos pelouros. É informação. Pedir-nos para nos pronunciarmos sem termos informação, só porque alguém decidiu...ah isso aí, o Partido Socialista reclamará sempre. Assim como nós pretendemos que reclamem do Partido Socialista quando pretender tomar decisões sem serem explicadas. Com certeza. “

Vogal do Executivo Lígia Joana - “Na tentativa de esclarecer, obviamente que serão entregues brevemente, todas essas informações que consideramos de extrema importância, nomeadamente os pelouros, a nossa disponibilidade e eu quero, aqui, só ressaltar uma coisa. Obviamente que sempre houve pelouros e sempre foram distribuídos. E esta junta, à conta do sr. Presidente poupou dinheiro público. Esta verba que vai ser utilizada a partir de agora, se a poupámos nós todos, para o orçamento da nossa Junta, foi à custa da dedicação a 100% do Presidente. Efectivamente, ele hoje não está presente, mas, ao fim de 12 anos, a idade já não é a mesma, mas a dedicação é. E foi ao longo de uma campanha, que se chegou à conclusão que era necessário ir ouvindo e ir ao encontro dos mais novos, dando-lhes oportunidade para uma participação mais activa. Sempre a tivemos, no ponto de vista da deliberação, mas agora, com um conhecimento mais próximo, o que faz com que neste novo mandato, os meus colegas tenham mais disponibilidade, que, também é uma realidade que não tinham os que cá estavam. E isso irá poupar à Junta a necessidade de contratação de mais pessoas para fazer este trabalho, no caso de avenças. O José Alberto e o Bernardo são pessoas com valências muito próprias, que vão contribuir aqui no site, na parte de projectos e vão ter um papel muito activo nisto. E, se nestes últimos 12 anos isto não aconteceu, foi, principalmente pela dedicação do Presidente a 100%, muito mais do que o que lhe foi remunerado, pedido ou exigido, em prol desta causa, poupando-me a mim, o José Alberto, a Cláudia e o Chiolas (o Bernardo não estava) desta disponibilidade que ele dava e que vai continuar a dar, mas achamos que temos uma parte importante para contribuir. Obviamente que quem trabalha, quem vive do seu trabalho e que tem de se dedicar a estas causas e desta forma, é justo que seja compensado

por isso. É isso que está aqui em jogo. Mas faz todo o sentido dar a informação que foi pedida e é isso que vai acontecer.” -----

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Pergunto se mais alguém deseja intervir antes de encerrarmos esta sessão e colocar a acta em minuta à aprovação...” -----

Vogal Nuno Cardoso - “Esta intervenção é feita a título individual, para além da minha bancada, surgiu-me agora. São 23;12 H. Hoje falámos, discutimos, 4 moções, discutimos -e muito- a acção social, discutimos o Orçamento para 2022, o principal documento de gestão da Junta para 2022, o Mapa de Pessoal, verificámos a possibilidade de mais dois membros ficarem a meio tempo...e são 23;12. Isto é a título individual, Sr. Presidente. No anterior mandato eu elogiei-o muito no final do mandato, como sabe. O Senhor foi e é um bom presidente da Assembleia. Dito isto, eu não compreendo -e não quero alterar nada - isto que está aqui [ecrã com os tempos usados por cada bancada]. Sr. Presidente, nós tínhamos 5 ou 10 minutos para falar e algumas vezes ultrapassávamos. O Senhor Presidente é que teve o bom senso e equidistância do Executivo para nos deixar falar e nos deixar expor os nossos pontos de vista. Aqui, alguém falou que nós somos os representantes dos fregueses. Nós falamos, aqui, cinco ou seis vezes por ano, dando voz aos nossos fregueses. Nós, Partido Socialista, CDU, Chega...nós temos que ter tempo. O meu colega Henrique, hoje teve uma intervenção a correr, tipo “eu vim para aqui, deixa ver quanto tempo é que tenho”. Isto para dizer o quê? Acho que não era preciso isto [o tal ecrã]. Eu sei que vocês reuniram durante muito tempo por causa do Regimento. Nós também e propusemos algumas alterações no sentido de as intervenções serem maiores e não só nas descentralizadas. Percebam a minha intervenção, que é individual. Para dizer o quê? Eu tenho a minha filha a mandar mensagens “pai, estás quase a chegar?” Se isto é a Assembleia... são 4 vezes por ano, é importante eu estar aqui. É importante que cada um de vocês esteja aqui. Vocês [o Executivo] hoje, estiveram extraordinários. Adorei ouvir-vos falar, não desfazendo do Presidente, gostei muito das vossas intervenções. Na apresentação das Contas e Orçamentos, eu sempre intervim, sempre para colocar questões, vocês, mais Presidente Ponce de Leão, sempre tiveram uma abertura enorme para responder. Responderam sempre a tudo, às vezes com a ajuda do Nuno Rocha. E hoje, discutimos uma série de pontos e são 23;14, não é uma da manhã nem duas da manhã. Quero eu dizer que estou aqui a elogiar tudo, mas, ao ver isto aqui [o ecrã] sinto-me um bocadinho ofendido. Espero que não me levem a mal eu dizer isto, mas sinto-me um bocadinho ofendido. Disse, como diz a colega Filipa. -----

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado, Nuno, pela sua intervenção. Luís, faça favor.” -----

Vogal Luís Santos - “É só uma breve nota que nos chegou de um camarada nosso, relativamente à intervenção do José Augusto Carreira, no caso dos testes covid da Câmara. Na página da Câmara está disponível informação sobre os testes gratuitos. Posso partilhar isso para ver se vai ao encontro das tuas pretensões. “ -----

*Vereador
N. Rocha*

Vera Rocha
K AE

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado Luís. Ia eu dizendo, há pouco, que olhando para aquele ecrã que ali temos, não estamos a fazer nem mais nem menos do que muitas outras assembleias de freguesia fazem. É só uma questão de criarmos regras ou criarmos alguns hábitos entre nós, para que haja, entre nós, a tal equidistância e a tal equidade que deve existir em todas as bancadas. Eu percebo que possa, eventualmente, em determinadas alturas, ser complicado gerir este tempo. É aproveito para vos dizer que já tinha solicitado à Vera -e permitam-me só que cumprimente estas duas pessoas que estão aqui ao meu lado, que fizeram um excelente trabalho. Eu estava com algum receio, pelo facto de ser a primeira vez, que as coisas pudessem correr menos bem. Eu tinha a certeza de que não iriam correr mal, mas poderiam correr menos bem, mas eles foram espectaculares: a Vera na gestão das grelhas e o Humberto, em toda a papelada que tem aqui na mesa. Mas, já tinha pedido à Vera que, se houvesse necessidade, da parte do Partido Socialista, para um esclarecimento qualquer, mesmo que ultrapassasse o tempo que estava ali, fosse concedida essa possibilidade, pois havia um déficite de uma grelha para a outra. Seguramente que não vai terminar. O que está aqui também não é questionado na Assembleia Municipal e, portanto, é evidente que, hoje, e perante as Assembleias, o que é um facto é que vamo-nos habituar a visualizar esta grelha que vai estar presente nas nossas vidas. E ainda bem que a Assembleia da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem faz parte deste projecto. E, obviamente, que nada é perfeito na nossa vida. Dizia eu que, antes de pôr a acta em minuta à votação, queria agradecer-vos a compreensão por algumas situações menos correctas que possam ter existido, mas, como é a primeira vez ...” -----

Sr. Presidente em exercício - “Eu acho que isto até podia ser tratado após a reunião, mas era só para não saírem todos. Nós criámos um e-mail para esta Assembleia de Freguesia, no domínio da Junta, que vai ser: assembleiafreguesia@uflampasterrugem.pt, que vai passar a ser o e-mail dos serviços da Assembleia de Freguesia e, na outra vez, na reunião que aqui houve, foi decidido criarmos um mail para cada bancada, para depois divulgarmos no site. Não queremos divulgar e-mails particulares. Pode ser, por exemplo, bancadaps@uflampasterrugem.pt, como partidochega@uflampasterrugem.pt, enfim, um para cada bancada. Cada uma alterará as passwords como quiser. Deveria ser a Assembleia a tomar essa decisão pelo que gostávamos de ser informados do que é que sugerem para esse efeito.” -----

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado, sr. Presidente. São 23,19, como disse o Nuno e muito bem, mas creio que nem em todas as assembleias que conseguiremos cumprir este horário, mas hoje, de facto, houve intervenções mais pequenas, mas, seguramente, com o decorrer do quadriénio, vamos ter intervenções mais longas e aí, iremos aproximar-nos do limite das 24;00h. Mas ainda bem que estamos a cumprir. “ -----

ENCERRAMENTO -----

Não havendo mais intervenções, quando eram vinte e três horas e trinta minutos, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, colocando à votação a acta em minuta o que foi aprovado por unanimidade. Terminou, desejando a todos um extraordinário Ano Novo e que traga tudo quanto possam

desejar. No final, e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa. -----

E eu, _____, na
qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo. -----

ANEXOS:

Anexo I - Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade” apresentada pela CDU;

Anexo II - Moção “Pela Reposição das Freguesias” apresentada pela CDU;

Anexo III - Moção “45 Anos de eleitos locais” apresentada pela Bancada do Partido Socialista;

Anexo IV - Moção “Voto de Saudação pelos 46 anos do 25 de Novembro de 1975” apresentada pela bancada do CDS-PP

O Presidente da Mesa:



A 1ª Secretária :



O 2º Secretário :



Vera Rocha
A
ML

Moção

Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade

Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação.

Veze sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos.

Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efetivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação direta, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, reunida a 27 de Dezembro de 2021, delibera:

1. Desenvolver todos os procedimentos tendo em vista a sua aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2021 ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei, reconhecendo o grau mais elevado de penosidade e insalubridade;
2. Saudar os trabalhadores da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.

Sintra, 27 de Dezembro de 2021,

O deputado da Freguesia Ludovico Martins



V. Rocha
AF

Moção Pela reposição das freguesias

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

A extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas. Perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS.

De então para cá as populações continuaram a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Oito anos depois da extinção das freguesias e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, o que se impunha era dar resposta cabal às populações, era a criação de um regime excepcional que permitisse que as freguesias pudessem ser repostas, com eleições em 2021.

Os sucessivos atrasos do Governo PS na entrega da proposta de Lei na Assembleia da República (só no final de Dezembro de 2020), o lento andamento dos trabalhos da comissão competente e a rejeição do Projeto de Lei do PCP, impossibilitaram a reposição das freguesias no âmbito das eleições autárquicas de 2021, como já se tinha verificado em 2017.

A Lei nº 39/2021 de 24 de Junho, entretanto aprovada, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias aprovado por PS, PSD, PAN e IL, não responde à reivindicação de reposição de todas as freguesias.

A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam.

Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a reposição das freguesias em todas as situações possíveis. Nesse sentido deve ser tido em conta que a Lei nº 39/2021 de 24 de Junho entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no final de Dezembro de 2021.

Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25º (procedimento especial, simplificado e transitório), mediante deliberação das respectivas assembleias de freguesia e assembleias municipais.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem reunida a 27/12/2021 ,manifesta o seu empenhamento pela reposição da freguesia de São João das Lampas e da Freguesia de Terrugem de acordo com a vontade das populações e delibera o inicio dos procedimentos necessários para a sua concretização, designadamente a convocação da Assembleia de Freguesia especificamente para o efeito.

Enviar para: Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Câmara Municipal de Sintra.

Sintra, 27 de Dezembro de 2021,

O deputado da Freguesia Ludovico Martins

AF 27.12.2021

A NEXO III

Moção

45 anos de eleitos locais

A 25 de Abril de 1974 os portugueses conquistaram a liberdade democrática. Até às primeiras eleições para o Poder Local (Assembleia e Câmara Municipal, Assembleia e Junta de Freguesia), que se realizaram a **12 de dezembro de 1976**, os portugueses já tinham votado três vezes – a 25 de abril de 1975 para a assembleia constituinte, um ano depois para as eleições legislativas e a 27 de junho de 1976 para a Presidência da República.

Mas, as eleições para o Poder Local, quer pelo número de candidatos que mobilizou, quer pela proximidade às populações e a sua capacidade para ajudar a resolver os problemas mais imediatos das pessoas – água, luz, estradas e saneamento –, ganharam uma importância acrescida. Pensamos que estas mesmas razões ainda mantêm a relevância manifestada.

Considerando que 2021 foi o ano em que se fizeram 45 anos (a 12 de dezembro) deste importante marco na democracia portuguesa e tendo em conta a situação atual de as freguesias de S. João das Lampas e da Terrugem ainda estarem unidas numa União de Freguesias e de ao longo destas 4 décadas e meia muita gente (dos vários quadrantes políticos) ter dado o melhor de si para que a democracia, a nível local, funcionasse e os territórios (das 2 freguesias) melhorassem (infraestruturas, equipamentos, ...) os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem apelam a que a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem comemore condignamente este acontecimento.

Assim, sugerimos que na freguesia da Terrugem se comemore no dia do aniversário daquele que é considerado o seu nascimento (**11 de junho de 1527**) e que em S. João das Lampas se comemore no dia do aniversário daquele que é considerado o nascimento desta freguesia (**9 de setembro de 1539**).

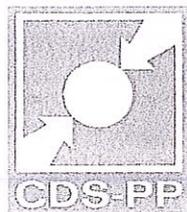
Para estes eventos deveriam ser convidados todos os elementos que já fizeram parte dos órgãos autárquicos locais, quer nas assembleias, quer nos executivos das freguesias da Terrugem e de S. João das Lampas.

Os eleitos da bancada do Partido Socialista na Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

27 de dezembro de 2021

Luís Santos, Fátima Oliveira, Nuno Cardoso, Ana Carioca e Henrique Martins

Ana Carioca
KML



AF - 27.12.2021

ANEXO IV

1/2
Vera Rocha
*
UAE

VOTO DE SAUDAÇÃO

46 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

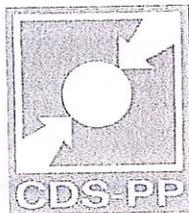
Comemorou-se em 25 de novembro passado o 46.º quadragésimo sexto aniversário do 25 de novembro de 1975, data que finaliza o Processo Revolucionário em curso (PREC) e determina a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, consolidando desta forma o processo democrático iniciado a 25 de Abril 1974.

O "25 de novembro", simboliza a liberdade na sua verdadeira ascensão da palavra, os atropelos de índole ideológica e política preconizada pelos partidos da esquerda radical à altura e a sua visão autocrática e internacionalista toldaram os melhores princípios de liberdade preconizados a quando do 25 de Abril de 1974, pelo acima referido, devemos enquanto cidadãos livres, dar hoje e sempre, o nosso tributo aos militares envolvidos, aos partidos democráticos, e às muitas figuras de relevo que com a sua resistência indómita disseram presente aos portugueses, contribuindo de forma abnegada e patriótica para a construção de um país democrático, prestigiado, aberto, tolerante e integrado na União Europeia.

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo e assinalar este momento como o dia da liberdade e da democracia.

Assim, o Elemento do CDS-PP propõe a esta Assembleia de Freguesia, que aprove um, voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.

Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.



AF - 27.12.2021

ANEXO IV 2/2

Caso seja aprovado, este voto de saudação deverá ser enviado a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Estado Maior General das Forças Armadas, à Associação de Comandos e à Associação 25 de Abril.

Vera Rocha
★
UAL